



Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-Base 2010, é um trabalho de levantamento técnico relacionado com as organizações representativas do multilateralismo africano. Sua raison d'etre está assentada numa resposta à escassez de dados tabulados e de acervos estatísticos preocupados com o multilateralismo em África. Isso porque a despeito da importância crescente do fenômeno do regionalismo para a vida econômica e política da África, as demandas por informação sistematizada dificilmente são contempladas.

Certamente, não seria demasiado registrar que quando o assunto em pauta refere-se ao continente africano, o peso da desqualificação e dos estigmas que marcam os africanos e suas culturas ao longo do tempo e do espaço, transparece repetidamente em materiais incompletos e/ou carregados de estereotipias, como também na própria inexistência de dados fiáveis.

Nos últimos meses, na sequência à minha atual pesquisa de Pós-Doutorado - centrada em Angola e tendo por marco analítico a questão do multilateralismo - ficou uma vez mais evidente a ausência de materiais capacitados a atender reclamos de ordem prática e intelectiva associados com uma exposição panorâmica dos Blocos Regionais Africanos. Isso tanto em conformidade com os estudos centrados na África em si mesma (em especial a performance propositiva do continente), quanto para as avaliações das dinâmicas da sociedade, da economia e das relações internacionais do Brasil.

Como se sabe, o relançamento de uma política externa voltada para a África, integra um empenho constitutivo do redesenho da inserção global do Brasil, apreendendo interfaces políticas, culturais, econômicas e geoestratégicas, com as quais se interligam as expectativas de uma compreensão objetiva do continente (SARAIVA, 2002 e 2012; PENHA, 2010).

Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-Base 2010, busca, portanto, suprir lacunas de informação que por sinal, impactam

todos aqueles que pretendem estudar o continente africano. Seria o caso, neste momento, de rubricar que o material em curso também constitui uma resposta às indagações de muitos dos meus alunos, em especial os que me honram enquanto audiência nos Cursos de Difusão Cultural promovidos pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP), nos quais desde 2003 tenho atuado e contribuído como conferencista convidado.

Esclarecendo a respeito do documento em curso, seu pressuposto de base é expor uma tabulação dos principais dados institucionais, macroeconômicos e geoespaciais relativamente às organizações multilaterais africanas, permitindo uma leitura rápida de um prontuário cujas informações foram organizadas com o fito de identificar dinâmicas que magnetizam o espaço africano.

Desta feita, sendo correto que a África enquanto civilização, geografia vivida e história compartilhada, forma inequivocamente uma unidade, de outra parte, a realidade difere quando nos referimos ao continentalismo africano. A integração da África, aspiração que pontifica desde os primeiros ensaios pan-africanistas, é um processo em construção que tem seduzido muitas gerações de ativistas no continente. É um projeto em andamento, que se desenrola num cenário no qual apesar das dificuldades, se constroem pontes entre os vários povos do continente, entre regiões que se expressam com o concurso de especificidades e particularismos de toda ordem (FERNANDES, 2009).

Assevera o Professor Fernando Mourão, ainda há na vertente do continentalismo um longo caminho a ser percorrido. Hoje a compreensão da realidade política e econômica da África aponta para pensarmos os países presentes no espaço do continente e os agrupamentos aos quais estão agregados, expressão de interesses diferenciados e de múltiplos caminhos e visões relacionadas com a cooperação regional. Asseguradamente, na



ótica da integração continental, referir-se apenas à "África" pode configurar uma locução reducionista, incapaz de dar conta daquilo que o continente oferece (MOURÃO, 2010a, 2010b e 2002: 253-254). Isso posto, caberiam algumas pontuações a respeito dos nexos e do perfil conceitual e metodológico das linhas de compreensão que nortearam a confecção de Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-Base 2010. A saber, tais seriam:

Organizações Regionais africanas: Desde o século XIX, a ideia de unificar a África - uma aspiração nodal do pan-africanismo - está no cerne das mobilizações políticas no continente. A conquista da independência, trouxe à baila diferentes estratégias para alcançar a unidade continental. E aí uma surpresa: em oposição ao que muitos interessados em relações internacionais julgam um verdadeiro dogma, o regionalismo não era consenso entre as lideranças do continente. Pan-africanistas como Kwame Nkrumah, arauto maximalista da unidade africana, não via o regionalismo com bons olhos. Nkrumah temia que a concepção funcionasse como amortecedor da unificação. Por sua vez, Julius Nyerere e líderes como Senghor, Nasser e Hailé Selassié, mostravam inclinação pela adoção do conceito (FERNANDES, 2009: 94-97).

Ensejando posicionamentos acirrados, o regionalismo suscitou diversas crispações em encontros da Organização da Unidade Africana (OUA). Contudo, o ideário do regionalismo se impôs na cena política. Mais: o conceito alçou-se a um patamar hegemônico, mesclando-se à percepção da África contemporânea. Neste sentido, é importante rubricar a posição de proa desempenhada pelos blocos regionais, cada vez mais atuantes no multilateralismo africano. Nessa declinação fazem presença a União do Magreb Árabe (UMA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS-CEDEAO); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC-ECCAS); o Mercado Comum da África Oriental e Meridional (COMESA); a Comunidade da África Oriental (EAC); a Comunidade de Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD); a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional (SADC).

Estas oito comunidades regionais formam, para todos

os efeitos, o que tanto a União Africana (UA), quanto a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (New Partnership for Africa's Development: NEPAD), definem como Comunidades Econômicas Regionais (Regional Economic Communities: RECs). Entidades reconhecidas como sustentáculos na edificação da Comunidade Econômica Africana (African Economic Comunity: AEC), tais organismos - building blocs - tem pretendidamente por missão unir o continente num contorno econômico e político único (NDOMO, 2009: 5-6).

Por outro lado, esta sucessão de entidades não esgota a explicação sobre o regionalismo africano. Para completá-la, precisamos pontuar a existência de oito outras entidades atuantes no continente cuja gênese e história, contribuem para com o avanço do continentalismo. A referência sinaliza órgãos que são classificados numa coletânea de documentos como blocos "sub-regionais" ou "secundários". Antecipemos que este jargão mostra-se inapropriado tanto por sugerir certa inferioridade institucional para estas organizações diante dos RECs - de resto inerente ao prefixo "sub" - quanto por conotá-los com um papel subalterno, o que está bem longe da verdade. Devemos ressalvar que entidades como a União Aduaneira da África Meridional (SACU) são, por exemplo, economicamente influentes e dotadas de poderosa força política, superando os RECs em diversos aspectos.

Coerentemente, nesta compilação, se propõe que tais instituições (oito no total), respondam pelo termo entidades ou blocos adjuntos. Isto porque atuam como suporte para as iniciativas dos RECs e em prol do multilateralismo africano. Estas entidades abrangem, além da SACU, a Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), a União do Rio Mano (MRU), a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a Comissão do Oceano Índico (COI), a Área Monetária Comum (CMA), a Comissão da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Zona Monetária da África Oriental (WAMZ).

Complementando, seria meritório mencionar a Iniciativa da Bacia do Nilo (Nile Basin Initiative: NBI). Configurando uma entidade que tem por mote o monitoramento compartilhado dos recursos hidrográficos do Rio Nilo - tema



potencialmente explosivo para numeroso grupo de nações africanas - e sendo ao mesmo tempo uma organização apoiada pelo Banco Mundial, seu perfil permite agregá-la entre os organismos multilaterais africanos. Em face de o continente ser prenhe de conflitos de gestão ripariana das bacias hidrográficas , handicap que se soma ao stress hídrico predominante em todos os países da África Setentrional e à evolução negativa da oferta de águas doces na África Austral, tal cenário necessariamente coloca a entidade no rol das atenções dos estudiosos do multilateralismo africano.

Ainda sobre a questão do regionalismo e das relações multilaterais, soaria igualmente falso investir esforços em dissociar conceitualmente elementos da realidade que na direção oposta, se empenham no dia-a-dia em se soldar de modo inextricável. É o que nos expõe o Diagrama de Euler evidenciando a sobreposição dos estados africanos em diferentes entidades regionais (Diagrama 1). Objetivamente, os relatórios técnicos demonstram que em 2009, dentre as 53 nações então pertencentes à União Africana, 26 eram membros duais em blocos regionais; 20 participavam em três organizações; a República Democrática do Congo, estava presente em quatro RECs; e emblemática exceção à regra, somente seis nações atinham-se a uma só entidade (NDOMO, 2009:9, Ver também UNCTAD, 2009).

Como é possível perceber, todas as entidades regionais africanas interagem umas com as outras, ignorando solenemente a condição de serem RECs ou blocos adjuntos. Nesta rede formatada num emaranhado complexo, fica evidente a participação dos países em entidades regionais diferentes, justapondo-se uns aos outros, colocando-se numa contiguidade tal que dificilmente poderíamos prescindir da sugestiva terminologia tigela de spaghetti, cunhada por Richard BALDWIN (2006). Nesta interpenetração, nos vínculos diversificados que atam países distintos, é que temos a fruição garantidora do regime multilateral, movimento que transcende conceituações demasiado rígidas, superadas pelo movimento real das sociedades.

Por fim, nesta compilação os principais dados dos RECs e das entidades adjuntas estão tabulados discriminando a denominação oficial e seu acrônimo; o ano de fundação e a cidade-sede; línguas oficiais das entidades (idioma de tra-

balho); marco fundante e metas; países-membros (número e elenco nominal); recortes demográficos (população total de cada conjunto e sua porcentagem na demografia africana); totais do PNB (de cada órgão e seu peso porcentual na África); e finalmente, o PNB per capita (Tabelas 1, 2, 3 e 4).

Planilhas Demográficas: Adotou-se como base de dados os tabelas geradas pela Divisão de Demografia do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (Population Division da United Nations Department of Economic and Social Affairs: UNDESA), disponível no World Population Prospects: The 2010 Revision. Relativamente à África, compilando-se os dados país por país chegamos a 1,022.234 bilhão de habitantes para o ano de 2010. Deste total, 821.275.000 correspondiam à população dos países situados ao Sul do Saara - qual seja: a África Negra - porção que reúne 80,34% da população total do continente.

Quanto às entidades regionais, não obstante seu quantum demográfico ocupar lugar de destaque nas avaliações mercadológicas, sociométricas, econômicas e geopolíticas, há que se considerar a grande assimetria populacional existente no interior destes espaços. Por exemplo, no plano da ECOWAS a expressão demográfica do conjunto - correspondendo a 29,43% do total da população africana - decorre da expressividade inconteste do contingente populacional nigeriano. Isoladamente, a Nigéria perfaz 52,7% da população de todos os países membros da ECOWAS e a 15,49% de todos os africanos.

Pari passu, verifica-se a existência de países com população escassa e/ou rarefeita. Este seria o caso das Seychelles, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Comoros, Guiné Equatorial, Djibuti, todos reunindo menos de um milhão de habitantes. Essa variável, juntamente com a predominância dos baixos rendimentos, explicaria um modesto potencial da população local como mercado de uma indústria de bens de consumo de massa . Mas qual massa? Uma conclusão não permite calar: a inserção regional deve levar em consideração modalidades



adequadas de iniciativa econômica, passíveis de pavimentar o caminho da cooperação consorciando vocações heterogêneas junto à divisão regional do trabalho.

Base Cartográfica: Embora a aferição estatística constitua de modo cabal, a razão de ser do trabalho ora em discussão, não há como dispensar suporte cartográfico. Afinal, como lembra o geógrafo Milton Santos, o espaço está longe de constituir uma esfera inerte na vida do homem em sociedade. Ao contrário, a dimensão espacial constitui simultaneamente um fator, um fato e uma instância social (SANTOS, 1978: 130). Pois então, eis que temos um arrolamento de três variáveis que em sinergia com outras declinações, facilmente denunciam a dinâmica da regionalização na África. Respondendo a uma multitude de impulsos - várias vezes reportando a uma origem forânea - as sociedades africanas são diuturnamente arrebanhadas pelos fluxos de processos de integração que açambarcam vastas parcelas do continente.

Nesta linha de argumentação, optou-se por integrar à compilação três mapas julgados indispensáveis, todos acatando a projeção de Peters . O primeiro deles é o mapa político atualizado do continente (Figura 1), que exibe 54 países soberanos em 2012 . Entretanto, sublinhe-se que estes poderiam ser 55. Há o espinhoso contencioso do Saara Ocidental, país ocupado pelo Marrocos, mas que ainda assim é um Estado reconhecido pela maior parte dos governos africanos . Dito de outro modo: divisamos um Estado de jure que apesar disso, por conta da ocupação por tropas estrangeiras, não lhe é facultada plena existência de facto (BESENYÖ, 2009; WALDMAN et SERRANO, 2007:103, 112, 244/245).

Aliás, contestando um senso comum a respeito do fim do colonialismo no continente, a existência de administrações estrangeiras persiste junto ao que alguns comentaristas classificam como "relíquias do colonialismo": pequenos ilhéus, fortins, arquipélagos e promontórios onde ainda tremula a bandeira européia (Figura 2). Mas, o exotismo que se pretende alocar a estas dependências não resiste a uma análise mais séria. Na prática, estes territórios não soberanos são reveladores de uma weltpolitik que não deixou de existir, mesmo tendo-se em mente o dobre

de finados do domínio colonial direto na maior parte do continente. Um arrazoado que inspira cautela e cuidados.

Last, but not least, dirigimos algumas palavras para o mapa da Divisão Regional da África. Seguramente, é uma peça cartográfica icônica em razão da sua filiação com o regionalismo. Independentemente de nos dias atuais os blocos regionais terem borrado as fronteiras deste mapa, sua presença se mantém no imaginário espacial africano. Resultante de idéia engendrada no seio da Comissão Econômica para a África da ONU (CEA), a proposta foi aprovada pela OUA em 1976. Originalmente, as regiões eram quatro: África Setentrional, Ocidental, Central e Oriental-Austral, esta última mais tarde desdobrando-se em duas jurisdições específicas (ADEDEJI, 2010: 490).

Pressupondo uma estratégia "etapista", a intenção da CEA era consolidar um entendimento regional do espaço africano habilitado a calçar a cooperação multilateral com vistas ao estabelecimento de uma comunidade econômica num espectro continental. Com o fim da OUA em 2002, as chamadas cinco regiões foram revalidadas pela UA, postura também adotada pela NEPAD. Para ambas as instituições, o critério das cinco regiões funciona como marco de circunscrição territorial, espaço político e administrativo, moldura de gerenciamento espacial e eixo para proposições de ordem econômica para o continente (Figura 3).

Parâmetros do Produto Nacional Bruto (PNB): No geral, a literatura econômica trabalha com uma das três fontes que seguem: os relatórios gerados pelo World Bank - WB (Banco Mundial), pelo International Monetary Fund - IMF (Fundo Monetário Internacional) e finalmente pelo The World Factbook . Adotou-se como parâmetro o World Development Indicators, pesquisa elaborada pelo Banco Mundial que em tese compreende os 193 países membros da ONU . Visando atender aos objetivos propostos por este texto, o parâmetro adotado foi o Produto Nacional Bruto (Gross Domestic Product - GDP), balizado pelo indexador Paridade do Poder de Compra (PPC), que mensura a capacidade de compra de determinada moeda em termos internacionais. Portanto, precisando analogias e diferenças em termos de prosperidade material.



O PPC, também conhecido como Purchaisin Power Parity (PPP, ou ainda Paridade do Poder Aquisitivo: PPA), configura metodologia alternativa à taxa de câmbio para o cálculo do potencial de compra das diversas economias nacionais. A PPC indica o numerário necessário para adquirir idênticos bens e serviços em diferentes nações. No geral, adota como moeda de referência o dólar norte-americano (US\$). Tal metodologia faz sentido em vista de que os preços dos bens e serviços não só diferirem de um país para outro, como implicam, para serem adquiridos, numa carga de esforços diferente de uma nação para outra. A partir deste elenco de ressalvas, chega-se à noção de Produto Nacional Bruto Real (PNB Real), referência indispensável num contexto global integrado em grau crescente por fluxos financeiros e econômicos de todo tipo

Consecutivamente, as planilhas relativas ao ano de 2010 informam um PNB Global da ordem de US\$ 76,287.673 trilhões e um GDP continental africano de US\$ 3,025.969 trilhões, cifra que se traduz em 3,97% da riqueza planetária. Neste particular, seria pertinente recordar que a contabilidade do PNB mantém estreito relacionamento com uma política de precificação e uma arquitetura de poder econômico cujas prerrogativas se materializam em diferentes escalas do espaço econômico: local, nacional, regional e global. A partir deste prisma, note-se, em conformidade com a advertência pautada pelo economista Joan Martinez ALIER, que o magnífico volume de mercadorias exportadas pela África, não encontra correspondência na remuneração por estes produtos. Daí que entender a economia africana pressupõe, em primeiríssimo lugar, não confundir preço e valor (2005:304).

Lado a lado com estas considerações de âmbito geral, impõe-se a advertência de que uma tabulação de dados reporta ao universo das informações brutas e das médias estatísticas, propensão essa condizente com um trabalho cujo objetivo manifesto é revelar um retrato sistematizado dos blocos regionais africanos. Por isso mesmo, várias nuanças acabam diluídas nas tabulações, que abstraem conclusões que de outra sorte, ficariam realçadas noutras formas de exposição dos números.

Nesta ordem de considerações, um alerta indispensá-

vel estaria dirigido à questão da concentração da riqueza continental num reduzido pool de nações mais ricas. Basta esclarecer que as doze primeiras economias no ranking africano perfazem US\$ 2,477.064 trilhões. Isto é: 81,8% do PNB continental, sendo que à República da África do Sul cabem 17,32% deste total. Outras inferências podem surgir da comparação do PNB das nações mais bem aquinhoadas com os próprios blocos regionais. A contabilização dos dados expostos nesta compilação explicita, por exemplo, que a Argélia tem sob seu controle 45,36% do PNB da UMA. Ademais, por si só a economia dessa nação se iguala à do IGAD e supera a CEEAC. Mais exemplos: Angola detém 41,03% do PNB da CE-EAC; a Nigéria controla 63,52% do PNB da ECOWAS; as duas economias mais influentes da EAC - Tanzânia e Quênia - correspondem a 68,9% da riqueza regional; Quanto à África do Sul, seu quinhão no tocante à SACU chega a 99,88% do total (Base de dados: Tabela 5).

Certo é que esses números solicitam reparos. Sobremaneira em vista da rapidez com que na África se processam as mudanças no plano econômico. Reconhecidamente, trata-se de um continente onde os indicadores se alteram celeremente. A volatilidade dos levantamentos é patente quando se verifica que para o ano de 2012, estimativas do Fundo Monetário Internacional projetam que o PNB angolano ultrapassará o do Marrocos, posicionando-se, pois como a 5ª economia do continente. Por sua vez a Nigéria tendencialmente passaria a ocupar a 2ª posição. Para além das economias mais poderosas, existem pistas que permitem entender que o novo alento que atiça a economia continental, não é privilégio de um seleto grupo de nações. No que constitui exemplo das potencialidades africanas, cinco países com notável expansão econômica - Ruanda, Serra Leoa, Etiópia, Moçambique e Mali - presenciaram em passado recente graves conflitos políticos internos (Cf. WALDMAN, 2012d: 22).

São fatos como estes que demonstram os limites das fotografias do real. Fatos com este pendor também exaltam as potencialidades que a sociedade africana tem incansavelmente se empenhado em retomar.



Indicadores de uma África substantiva e real: pistas que apenas o conhecimento dos processos pode oferecer.

Disponível aos que estudam. Disponível aos que acreditam. Disponível aos que querem mudar.



FIGURA 1 - MAPA DA DIVISÃO POLÍTICA DA ÁFRICA EM 2012 (Elaboração cartográfica de Maurício Waldman, com base na projeção de Peters. Escala 1: 53.125.000)

Blocos Regionais Africanos

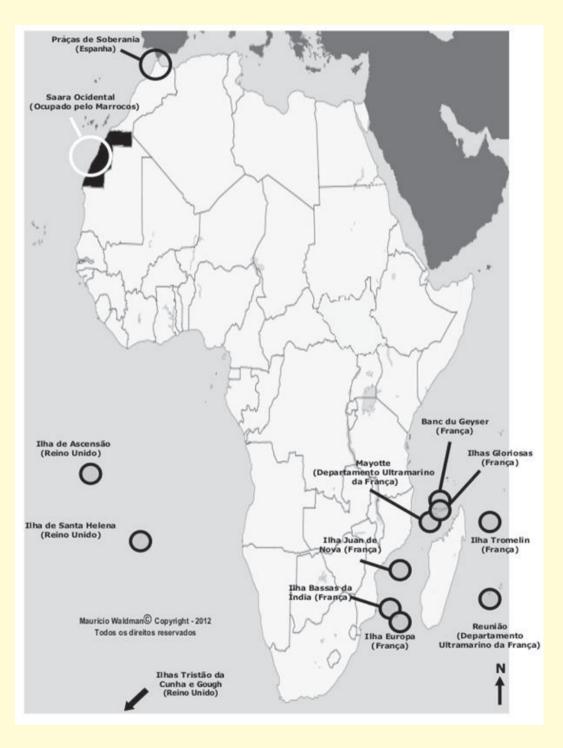


FIGURA 2 - MAPA DOS TERRITÓRIOS NÃO SOBERANOS EM ÁFRICA NO ANO DE 2012 (Elaboração cartográfica de Maurício Waldman, com base na projeção de Peters. Escala 1: 53.125.000)



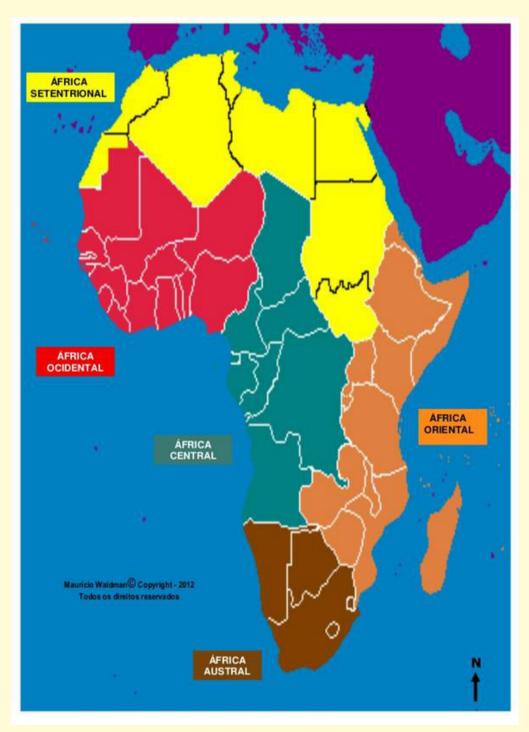


FIGURA 3 - MAPA DA DIVISÃO REGIONAL DA ÁFRICA ENDOSSADO PELA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA E POSTERIORMENTE DA UNIÃO AFRICANA(Elaboração cartográfica de Maurício Waldman, com base na projeção de Peters. Escala 1: 53.125.000)



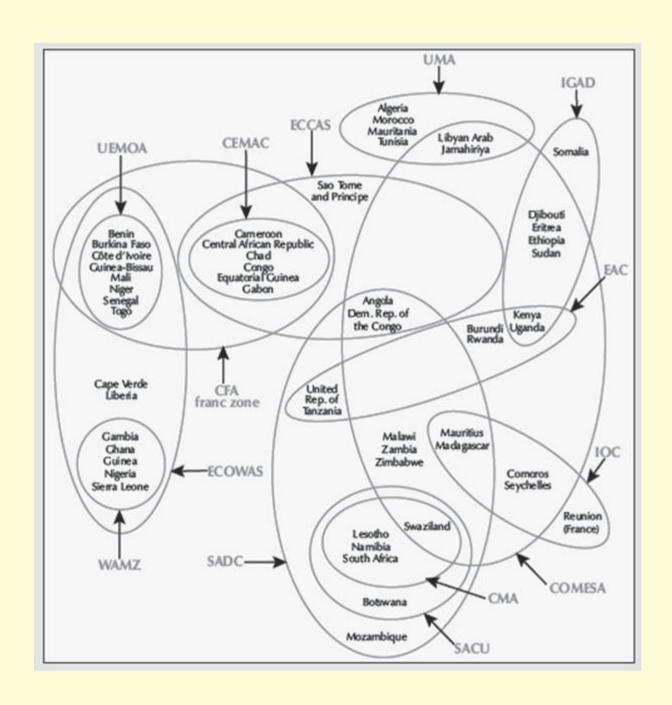


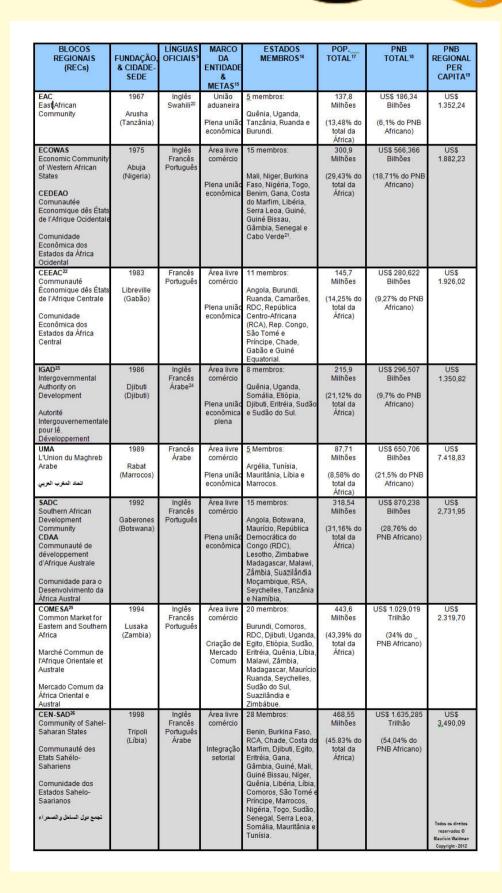
DIAGRAMA 1 - A SOBREPOSIÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS EM DIFERENTES ENTIDADES REGIONAIS (FONTE: UNCTAD, 2009:12)



OITO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS EIGHT REGIONAL ECONOMIC COMMUNITIES (RECs)	OITO ENTIDADES ADJUNTAS
EAC East African Community	SACU Southern African Customs Union
ECOWAS Economic Community of Western African States	CEPGL Communauté Économique des Pays des Grand Lac
CEDEAO Comunautée Economique dês Etats de l'Afrique Ocidentale Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	
CEEAC Communauté Économique dês États de l'Afrique Centrale Comunidade Econômica dos Estados da Africa Ocidental	MRU Mano River Union
IGAD Intergovernmental Authority on Development Autorité Intergouvernementale pour lê Développement	COI Commission de l'Océan Indien
UMA L'Union du Maghreb Arabe اتحاد المغرب العربي	CMA Common Monetary Area
SADC Southern African Development Community CDAA Communauté de développement d'Afrique Australe Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	CEMAC Commission de la Communaute Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale
COMESA Common Market for Eastern and Southern Africa Marché Commun de l'Afrique Orientale et Australe Mercado Comum da Àfrica Oriental e Austral	UEMOA Union Economique et Monétaire Ouest Africaine
CEN-SAD Community of Sahel-Saharan States Communauté des Etats Sahélo-Sahariens Comunidade dos Estados Sahelo- Saarianos تجمع دول الساحل والصحراء	WAMZ West African Monetary Zone Todos os direitos reservados ® Mauricio Waldman Copyright - 2012

TABELA 1 - BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS & ENTIDADES ADJUNTAS

Blocos Regionais Africanos





COMESA ²⁵ Common Marketfor	1994	Inglês Francês	Area livre comércio	20 membros:	443,6 Milhões	US\$ 1.029,019 Trilhão	US\$ 2.319,70
Eastern and Southern Africa Marché Commun de l'Afrique Orientale et Australe Mercado Comum da África Oriental e Austral	Lusaka (Zambia)	Português	Criação de Mercado Comum	Burundi, Comoros, RDC, Djibuti, Uganda, Egito, Etiópia, Sudão, Eritréia, Quênia, Líbia, Malawi, Zâmbia, Madagascar, Maurício, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia e Zimbabwé.	(43,39% do total da Africa)	(34% do PNB Africano)	<i>11</i> %
CEN-SAD ²⁸ Community of Sahel-Saharan States Communauté des Etats Sahélo-Sahariens Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos	1998 Tripoli (Líbia)	Inglês Francês Português Àrabe	Area livre comércio Integração setorial	28 Membros: Benin, Burkina Faso, RCA, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritréia, Gana, Gâmbia, Guiné, Mali, Guiné Bissau, Níger, Quênia, Libéria, Líbia, Comoros, São Tomé e Príncipe, Marrocos, Nigéria, Togo, Sudão, Senegal, Serra Leoa, Somália, Mauritânia e	total da Africa)	US\$ 1.635,285 Trilhão (54,04% do PNB Africano)	US\$ 3,490,09 Todos os direitos reservados 0 Mauricio Waldmar Copyright - Copy

TABELA 2 - EIGHT REGIONAL ECONOMIC COMMUNITIES (RECs)



BLOCO REGIONAL OU ENTIDADE	FUNDAÇAO & CIDADE- SEDE	LINGUAS OFICIAIS ²⁷	MARCO DA ENTIDADE & METAS ²⁸	ESTADOS MEMBROS ²⁹	POP. TOTAL ³⁰	PNB TOTAL ³¹	PNB REGIONAL PER_CAPITA ³
SACU Southern African Customs Union	1910 Windhoek, (Namíbia)	Inglês	Area livre comércio União aduaneira	5 Membros: RSA, Botswana, Namíbia, Suazilândia e Lesotho.	57,78 Milhões (5,65% do total da Africa)	US\$ 575,84 Bilhões (19,02% do PNB Africano)	US\$ 9.966,07
CEPGL Communauté Économique des Pays des Grand Lacs ³³	1976 e 2007 ³⁴ Bujumbura (Burundi)	Francês (de facto)	Cooperação Regional Integração e manutenção da paz	3 Membros: RDC, Ruanda e Burundi	84,97 Milhões (8,31% do total da Africa)	PNB Africano)	US\$ 451,94
MRU Mano River Union ³⁵	1973 e 2004 ³⁶ Freetown (Serra Leoa)	Inglês Francês	Cooperação Regional Integração e manutenção da paz	4 Membros: Costa do Marfim, Libéria, Guiné Conacry e Serra Leoa ⁸⁷ .	39,58 Milhões (3,87% do total da Africa)	US\$ 54,49 Bilhões (1,8% do PNB Africano)	US\$ 1.376,70
COI Commission de l'Océan Indien	1984 Port Louis (Maurício)	Francês	Cooperação regional Crescimento econômico	5 Membros: Madagascar, Reunião Seychelles, Maurício e Comoros ³⁸ .	22,02 Milhões ³⁹ (2,15% do total da Africa)	US\$ 44,976 Bilhões ⁴⁰ (1,46% do PNE Africano)	US\$ 2.042,5
C MA Common Monetary Area ⁴¹	1986 Windhoek, (Namíbia)	Inglês	Area monetária comum Integração monetária	4 Membros: Lesotho, Namíbia, Suazilândia e RSA ⁴²	55,77 Milhões (5,45% do total da Africa)	Africano)	US\$ 9.829,10
CEMAC ⁴⁵ Commission de Ja Communaute. Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale ⁴⁴	1994 Bangui (RCA)	Francês (de facto)	Cooperação regional União Monetária e Financeira	§ Membros: Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, RCA e Chade.	33,5 Milhões (3,27]% do total da Africa)		
UEMOA ⁴⁵ Union Economique et Monétaire Ouest Africaine ⁴⁵	1994 Ouagadougou (Burkina Faso)	Francês	Cooperação regional União Monetária e Financeira	8 Membros: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal, Togo e Guiné Bissau ⁴⁷ .	9.2	US\$ 130,717 Bilhões (4,32% do PNB Africano)	US\$ 1.362,77
WAMZ West African Monetary Zone ⁴⁸	2000 Accra (Gana)	Inglês (de facto)	Area monetária comum Integração monetária	5 Membros: Gâmbia, Guiné, Gana, Nigéria e Serra Leoa.	200,39 Milhões (19,60% do total da Africa)	US\$ 432,028 Bilhões (14,27% do _ PNB Africano)	US\$ 2.155,93 Todos os direitos reservados © Mauricio Waldman Copyright - 2012

TABELA 3 - OITO ORGANISMOS ADJUNTOS



BLOCO REGIONAL OU ENTIDADE	FUNDAÇAO & CIDADE- SEDE	OFICIAIS	MARCO DA ENTIDADE & METAS ⁴⁹	ESTADOS MEMBROS ⁵⁰	POP. TOTAL ^{§1}	PNB TOTAL ⁵²	PNB REGIONAL PER CAPITA ^{SS}
NBI Nile Basin Initiative	1999 Entebbe ⁵⁴	Inglês (de facto)	Cooperação Âmbito de Bacia	10 Membros: Burundi, RDC, Egito,	416,63 Milhões	US\$ 904,65 Bilhões	US\$ 2.171,35
	(Uganda)		Hidrográfica & Gestão Hidrográfica Ripariana	Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Eritréia ⁵⁵ .	(40 75% do total da Africa	(29.9% do PNB Africano)	Todos os direitos reservados © Mauricio Waldman Copyright 2012

TABELA 4 - ENTIDADE ADJUNTA COM RECORTE HIDROGRÁFICO

RANKING AFRICANO	RANKING MUNDIAL	PAÍS	PRODUTO NACIONAL BRUTO (US\$ Bilhões PPP)		
1°	24°	RSA	524,198		
2°	25°	Egito	509,503		
3°	30°	Nigéria	374,343		
4°	40°	Argélia	295,163		
5°	56°	Marrocos	151,638		
6°	61°	Angola	115,167		
7°	65°	Líbia	105,444		
8°	68°	Sudão	97,512		
9°	70°	Tunísia	89,925		
10°	74°	Etiópia	85,713		
11°	78°	Quênia	66,225		
12°	86°	Tanzânia	62,233		

TABELA 5 - AS DOZE PRINCIPAIS ECONOMIAS AFRICANAS EM 2010



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ADEDEJI, Adebayo. Capítulo 14: Estratégias comparadas de descolonização econômica. Volume VIII: África desde 1935, in História Geral da África, pp. 472-516. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

ALIER, Juan Martinez. El Ecologismo de Los Pobres – Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso. 2005;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Regional. Volume VIII: África desde 1935, in História Geral da África, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

BALDWIN, Richard E. Multilateralising Regionalism: Spaguetti Bowls as Building Bloc on the Path to Global Free Trade. Reino Unido: The World Economic, vol. 29, no 11, pp. 1451-1518. 2006;

BESENYÖ, János. Western Sahara. Pécs (Hungria): Publikon Publishers. 2009;

FERNANDES, Joel Aló. Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos. (Coleção Relações Internacionais e Globalização, nº. 23). Ijuí (RS): Editora Inijuí. 2009;

KIPRÉ, Pierre. Capítulo 13: O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. Volume VIII: África desde 1935, in História Geral da África, pp. 430-469. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e Civilizações. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. 2010;

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. O que são relações internacionais. Coleção Primeiros Passos, nº. 296, 2ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 2012;

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova - Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo (SP): Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP. 1978;

SARAIVA, José Flávio Sombra. África parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Coleção Relações Internacionais, Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte (MG): Fino Traço Editora. 2012.

WALDMAN, Maurício et SERRANO, Carlos. Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.



ARTIGOS & PAPERS

AKUKWE, Chinua. Africa's economic potential is limitless. Herald on Line, edição de 12-01-2012. Disponível em: <a href="http://www.herald.co.zw/index.php?option=com_content&view=article&id=31139:africas-economic-potential-is-limitless&catid=42:features-news<emid=134">http://www.herald.co.zw/index.php?option=com_content&view=article&id=31139:africas-economic-potential-is-limitless&catid=42:features-news<emid=134. Acesso em: 29-04-2012. 2012;

DÖPCKE, Wolfgang. O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o Novo Discurso Internacional. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 143-184. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/Instituto Rio Branco (IRBr)/Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Intenções e Concretudes. Texto apresentado na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - IPRI, Rio de Janeiro (RJ). 28 e 29 de Outubro de 2010a;

_____. África no Sistema Internacional. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos - IPRI. Rio de Janeiro (RJ), 05-30/06-2010b;

_____. Processos de Integração e Grupos de Interesse Diferenciados: UA, CEDEAO, ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOCAPAS. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 253-270. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

NDOMO, Atieno. Regional Economic Communities in Africa: A Progress Overview. German Technical Cooperation (GTZ). Nairobi: Quênia. Maio de 2009;

PANAPRESS. CEN-SAD celebrates 13th anniversary. Edição de 04-02-2011. Disponível em: http://www.panapress.com/CEN-SAD-celebrates-13th-anniversary---12-756752-29-lang2-index.html. Acesso em 30-10-2012;

SARAIVA, José Flávio Sombra. A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no Contexto Internacional. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, páginas 125-142. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

WALDMAN, Maurício. Novos Rumos da Economia Africana. Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, páginas 22-23. São Paulo (SP). Disponível em: http://www.mw.pro.br/mw/novos_rumos_economia_africana.pdf>. Acesso em: 27-10-2012. 2012d;

_____. África Presente, África em Movimento. Bureau Polcomune - Notícias sobre Política e Comunidade Negra, Junho de 2012 e Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, páginas 11-12. São Paulo (SP). Disponível em: http://www.mw.pro.br/mw/mw_Rio20_africa_presente.pdf>. Acesso em: 27-10-2012. 2012e;



DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

ECA: ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA - UNECA: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. United Nations Regional Cartographic Conference for Africa, 1-12 July 1963, Nairobi, Kenya. Vol. 1. Report of the Conference. New York: United Nations. 1963;

IGAD: INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT. Proceedings Of The 9th Summit Of The Assembly Of Heads Of State And Government Of The Intergovernmental Authority On Development (IGAD). 10-11 January 2002, Khartoum, Republic Of Sudan. Diibuti. 2002;

IMF: INTERNATIONAL MONETARY FUND. Sub-Saharan Africa: Sustaining the Expansion. Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa. World economic and financial surveys 11 Oct. Washington. 2011;

OUA: ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. Resolution on the Division of Africa into Five Regions. Council of Ministers Twenty-Sixth Ordinary Session. Addis Ababa, Ethiopia: 23 February-1 March 1976. AHG/Resolution 453-472 (XXVI). Resolutions of the Twenty-Sixth Ordinary Session of the Council of Ministers. 1976;

UNCTAD: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Economic Development In Africa, Report 2009: Strengthening Regional Economic Integration For Africa's Development. Nova York e Genebra. 2009;

UNDESA: UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - Population Division. World Population Prospects: The 2010 Revision. CD-ROM Edition. 2011; Population Division da United Nations Department of Economic and Social Affairs. UNDESA: https://www.un.org/esa/desa/;

WB: WORLD BANK. World Development Indicators database. World Bank edition: Washington. 1 July 2011. World Bank: http://www.worldbank.org/ .



Maurício Waldman

Maurício Waldman é pesquisador africanista e colaborador do Centro de Estudos Africanos da USP. Atua como colunista permanente da Revista Brasil - Angola Magazine e como consultor internacional *ad-hoc* da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (Afrochamber). É Doutor em Geografia pela USP e Pós-Doutor pelo Instituto de Geociências da UNICAMP. Atualmente desenvolve o segundo Pós Doutoramento na USP, no campo das Relações Internacionais (RI). A Investigação tem Angola como foco e interface com o multilateralismo e os recursos hídricos. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e conta com a supervisão do Professor Livre Docente Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Waldman é autor de muitos artigos e livros, dentre os quais Memória D' África - A temática africana em sala de aula (Cortez Editora, 2007).

E-mail: mw@mw.pro.br Site: www.mw.pro.br



WALDMAN, Maurício. Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-Base 2010. Levantamento técnico de subsídio para a pesquisa O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais (Pós-Doutorado FFLCH-USP com financiamento FAPESP). Documento técnico endossado e divulgado pelo Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP), Câmara de Comércio Afro-Brasileira (AFRO-CHAMBER) e Revista Brasil-Angola Magazine. São Paulo (SP): Novembro de 2012.

NOTAS

- 1 Compreendendo Botswana, Lesotho, Namíbia, Swazilândia (BLNS) e a África do Sul, a SACU é a mais antiga união alfandegária em funcionamento no mundo. Foi fundada em 1910 sob tutela da administração colonial britânica, mantendo-se até a atualidade.
- 2 Muitos relatórios que vieram à luz na esteira das formas ditas modernas de produção econômica na África prognosticavam uma era de escassez de água e de conflitos direcionados à posse do líquido.
- 3 Esta observação importa por questionar uma imagem difusa que imputa à África, as mazelas da superpopulação. Para Pierre KIPRÉ, dentre os fatores que justificam a fragilidade do desenvolvimento industrial em muitas partes do continente, está "o fraco nível de integração das empresas industriais a um mercado que o subpovoamento e a modicidade geral das rendas restringem consideravelmente" (2011: 450).
- 4 A Projeção de Peters recupera imageticamente uma representação mais próxima do real no referente às dimensões dos continentes. A África é uma quarta parte das terras emersas do Planeta, mas nem sempre sua magnitude territorial transparece nos mapas. Na Projeção de Mercator, o continente chega a ser superado em dimensões pela Groenlândia, ilha que é dez vezes menor do que a África. Disto decorre o prestígio da Projeção de Peters entre os estudiosos da África (Cf. WALDMAN et SERRANO, 2007: 38-40).
- 5 Em 2011, o Sudão do Sul tornou-se o 54º Estado soberano da África.
- 6 Em 1984, em virtude da admissão do Saara Ocidental na OUA, o Marrocos deixou a entidade, atitude reiterada quanto à União Africana, que reconheceu o governo da RASD (República Árabe Saarauí Democrática) como representante legítimo do território e membro pleno da organização.
- 7 Embora mantendo o esquema das cinco grandes regiões continentais, a UA acrescentou ao modelo uma sexta região, constituída pelas diásporas africanas decorrentes do tráfico negreiro e das migrações contemporâneas (apud MBOKOLO, 2012: 708).
- 8 Também conhecido como CIA World Factbook, tal base de dados é gerada pela Central Intelligence Agency of the United States CIA, que coleta e disponibiliza informações sobre a comunidade internacional de nações em publicação estilo almanaque, acessível pela Internet ou por brochura impressa.
- 9 A edição 2011 do World Development Indicators inclui dados de 180 dos 193 países membros da ONU. That is to say, 93,26% do total. Contudo, este hiato não compromete a qualificação técnica do material. Falhas com este viés, quase sempre decorrem da dificuldade em prospectar dados em territórios como ilhas oceânicas e países carentes de quadros burocráticos, caracterizados por inexpressiva interação econômica com a economia global.
- 10 Nesse sentido o PNB Real (ou Gross Domestic Product: PPP), diferencia-se do PNB nominal pelo fato desse último dizer respeito a valores calculados a preços correntes.
- 11 O levantamento do World Bank abrange 178 países independentes, e as duas Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China (RPC), Macau e Hong-Kong, tratadas em separado na pesquisa. Por sua vez, entidades políticas cuja legitimidade é tida como nebulosa República Turca do Norte de Chipre, Transdinéstria, Abkhazia e Ossétia do Sul não estão incluídas nas estatísticas.
- 12 As planilhas do Banco Mundial para 2010 não incluem a Somália e o Zimbabwe. No caso da Tanzânia, os valores indexados são os da parte continental do país (ou seja, correspondendo à extensão da antiga Tanganica. O critério exclui as ilhas de Pemba e Zanzibar, parte da Federação da Tanzânia). Quanto ao Saara Ocidental, o PNB do território foi incluído no cálculo do PNB marroquino. Em resumo: os números apresentados se referem a 52 dos 54 Estados africanos soberanos e a 52 dos 55 reconhecidos de jure.



- 13 Para o mesmo ano de 2010, o PNB nominal da África foi de US\$ 1,681.756 Trilhão.
- 14 Paralelamente às línguas oficiais, outras línguas de trabalho são eventualmente utilizadas. Outrossim, muitos sites são apresentados numa única língua internacional, particularmente a dominante em âmbito regional, quase sempre o inglês ou francês.
- 15 Info: Secretariado da UNCTAD United Nations Conference on Trade and Development, in UNCTAD, 2009:10.
- 16 Além da imprensa especializada, informação recente relativa a variada gama de assuntos pode ser acessada em Sites institucionais dos RECs e de outras instituições multilaterais: BCEAO/CBWAS: http://www.pageinsider.com/bce-ao.int; BEAC: http://www.beac.int/; BDEAC: http://www.bdeac.org/; BOAD: http://www.boad.org/; CEEAC: http://www.ceeac-eccas.org/; CEPGL: http://41.186.5.236/footer/mentions-legales.html; CEMAC: http://www.cemac.int/; CEN-SAD: http://www.uneca.org/cen-sad/index.htm; COMESA: http://www.comesa.int/; EAC: http://www.eac.int/; ECO-WAS: http://www.ecowas.int/; IGAD: http://www.igadregion.org/intergovernmental-authority-on-development/; IOC:
- http://www.coi-ioc.org/; MRU: http://manoriveruniononline.org/programs.html; NBI: http://www.nilebasin.org/newsite/; SACU: http://www.sacu.int/; SADC: www.sadc.int; UEMOA: http://www.uemoa.int/Pages/Home.aspx; UMA: http://www.maghrebarabe.org/en .
- 17 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas da UNDESA 2011.
- 18 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas do Banco Mundial 2011.
- 19 Cálculo do autor a partir de base de dados UNDESA, 2011 e WORLD BANK, 2011, ambos relativos ao ano de 2010.
- 20 Estatutariamente, o inglês é o único idioma oficial. Todavia, o kiswahili, bastante difundido em todos os países da EAC, é reconhecido como língua franca regional.
- 21 A Mauritânia membro fundador da ECOWAS retirou-se da organização em 1999.
- 22 Também conhecida pelo acrônimo em língua inglesa ECCAS: Economic Community of Central African States, muito frequente na literatura macro-econômica.
- 23 A despeito de ser língua de trabalho do IGAD, não se faz uso de acrônimo em francês para a entidade. Comumente, os francófonos recorrem à sigla inglesa IGAD.
- 24 A partir da Cúpula do IGAD de 2002 realizada em Kartum, o árabe foi aceito como língua de trabalho (IGAD, 2002:7).
- 25 Apesar de tanto o francês e quanto o português serem línguas de trabalho do COMESA, não se faz uso de acrônimo próprio nessas duas línguas. COMESA é sigla rotineira em todas as manifestações e documentos da entidade.
- 26 CEN-SAD é acrônimo comum a todos os demais idiomas de trabalho da instituição.
- 27 Paralelamente às línguas oficiais, outras línguas de trabalho são eventualmente utilizadas. Muitos sites são, contudo apresentados numa única língua, particularmente em inglês e em francês.
- 28 Info: Sites institucionais e imprensa especializada. Ver Sites institucionais dos RECs e de outras instituições multilaterais, idem nota de fim número 10.
- 29 Info: Sites institucionais e imprensa especializada. Ibidem.
- 30 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas da UNDESA 2011.
- 31 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas do Banco Mundial 2011.
- 32 Cálculo do autor a partir de base de dados UNDESA, 2011 e WORLD BANK, 2011, ambos relativos ao ano de 2010.
- 33 A organização é também conhecida pelo acrônimo em língua inglesa ECGLC: Economic Community of Great Lakes Countries.
- 34 Em função da turbulência política que sacudiu os três países membros, a CEPGL ficou inoperante durante anos. A entidade foi relancada em 2007 pela Bélgica e pela International Conference for the Great Lakes Region.
- 35 A denominação da entidade é referência ao Rio Mano, que nasce nas terras altas da Guiné e demarca as fronteiras da Libéria e Serra Leoa.



36 Em função da turbulência política que sacudiu os países membros, a partir dos anos noventa, a CEPGL ficou inoperante. Em 2004, no bojo da pacificação da região, reunião de cúpula de chefes de Estado reativou a organização. 37 Originalmente a organização reunia a Libéria e Serra Leoa. No ano de 1980, tem-se o ingresso da Guiné Conacry na MRU, seguida da Costa do Marfim em 2008.

38 Reunião é um Departamento Francês de Ultramar. O COI é a única entidade regional da África onde um Estado europeu possui assento.

39 No caso específico do COI, o cálculo da população da entidade assim como sua porcentagem no conjunto da demografia africana, levou em consideração os números referentes à Ilha de Reunião, Departamento Ultramarino da França.

40 No caso específico do COI, os dados macroeconômicos do PNB da entidade assim como a porcentagem correspondente no conjunto do continente, levaram em consideração os números referentes à Ilha de Reunião.

- 41 O CMA é uma política monetária integrada à estratégia da SACU.
- 42 Botswana é o único país membro da SACU que não integra a CMA.
- 43 Entidade ligada à área do Franco CFA, no caso, o franco CFA central: XAF.
- 44 No mais, a cobertura geográfica do bloco se confunde com a área de atuação do BEAC Banque Centrale des Etats de l'Afrique Centrale e do BDCEA Banque de Développement des Etats de l'Afrique Centrale, congêneres respectivamente do BCEAO e do BOAD, instituições financeiras atuantes na África Ocidental.
- 45 Entidade ligada à área do Franco CFA, no caso, o franco CFA ocidental: XOF.
- 46 A organização é também conhecida pelo acrônimo em língua inglesa WAEMU: West African Economic and Monetary Union. No mais, a cobertura geográfica do bloco se confunde com a área de atuação do BCEAO Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest (ou em língua inglesa, CBWAS Central Bank of West African States), assim como com o BOAD Banque Ouest Africaine de Développement.
- 47 País de língua oficial portuguesa e único no bloco regional não incorporado à área da francofonia.
- 48 Trata-se de iniciativa que une os países anglófonos da ECOWAS e a Guiné que é francófona com vistas a uma moeda comum, o ECO.
- 49 Info: Sites institucionais e imprensa especializada. Ibidem.
- 50 Info: Sites institucionais e imprensa especializada. Ibidem.
- 51 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas da UNDESA 2011.
- 52 Dados e porcentagens compilados pelo autor a partir das planilhas do Banco Mundial 2011.
- 53 Cálculo do autor a partir de base de dados UNDESA, 2011 e WORLD BANK, 2011, ambos relativos ao ano de 2010.
- 54 Entebbe, ao contrário do que julga o senso comum, não se refere exclusivamente ao aeroporto de Kampala, alvo do raid israelense de 1976 de resgate dos reféns do vôo Air France 139. Entebbe é uma cidade situada às margens
- do Lago Vitória, a pouco menos de quarenta quilômetros de Kampala, a atual capital ugandense. No passado, Entebbe foi a sede da administração britânica em Uganda.
- 55 A Eritréia participa na condição de observador.